



## Lesbianidades e identizações no ciberespaço: as narrativas de jovens ativistas no instagram como parte da luta contra a lesbofobia

Camila Bonin Liebgott<sup>1</sup>

Leandro Rogério Pinheiro<sup>2</sup>

### RESUMO

Neste artigo, propomo-nos a analisar como jovens lésbicas constroem suas identizações em ativismos contra a lesbofobia a partir das narrativas que produzem em redes sociais, e como esse tipo de ativismo contribui para sua luta. Discorre-se, inicialmente, sobre abordagens históricas e científicas da lesbianidade e sobre lesbofobia, recorrendo-se, neste caso, às teorizações de Ángela Lorenzo. Em articulação, trabalhamos com o conceito de 'identização', tal como problematizado por Alberto Melucci, com vistas à discussão sobre produção identitária e ativismo. A abordagem metodológica alinha-se com a etnografia virtual, neste caso realizada na rede social Instagram, durante o ano de 2021. Foram selecionadas postagens publicadas por quatro jovens lésbicas, com idades entre 25 e 34 anos, escolhidas por tornarem visíveis assuntos sobre as lesbianidades. As análises mostraram que prevalece o teor autobiográfico das narrativas textuais e imagéticas. São variadas as estratégias narrativas empregadas para investir e tornar visíveis pautas dos movimentos lésbicos. Podemos afirmar que as identizações dessas ativistas são construídas cotidianamente na escrita sobre si, bem como no desenvolvimento de uma rede de trocas de informações e afetos com outras lésbicas. Há um uso explicitamente político do Instagram, à medida que as postagens tornam correntes temas como as lesbianidades e as existências lésbicas, buscando, também, reconhecimento de lutas e identidades.

**Palavras-chave:** Lesbofobia, Identizações, Ativismo lésbico, Juventudes, Narrativas online.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2019) com interesse de pesquisa em juventudes, ativismos lésbicos e lesbofobia.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**ABSTRACT:** In this article we propose ourselves to analyze how young lesbians build their identities in activism against lesbophobia from the narratives they produce on the social media Instagram and how this kind of activism contributes to their fight. We discuss, at first, about historical and scientific approaches of lesbianity and about lesbophobia – political mechanism of oppression, social domination and subordination of lesbians – using the theorizations of Lorenzo (2012). The concept of “identity” is brought from Melucci (2004) as a field of action with a personal and self-reflective character, built from the definition of ourselves. The methodological approach aligns with the virtual ethnography (HINE, 2004), made in the social media Instagram in 2021. Public posts were selected by four young lesbians, with ages between 25 and 34 years old. The profiles were selected for turning visible subjects about lesbianities, and the analyses show that the autobiographical content prevails in the textual narratives and image from the activists, being a feature of online activism. There are multiple narrative strategies applied to invest and turn visible the topic of lesbian movements. We can state that the identities of these activists are built daily by writing about themselves, as well as by the development of a net of exchange of information and affection with other lesbians. There is a political use of Instagram as posts turn lesbianities and the lesbian existences into common themes, searching, also, identity and fight acknowledgment.

**Keywords:** Lesbophobia, Identity, Lesbian activism, Youth, Online narratives, society, racism, domesticjob, pandemic.

**RESUMEN:** En este artículo nos proponemos analizar cómo las jóvenes lesbianas construyen sus identificaciones en el activismo contra la lesbofobia a partir de las narrativas que producen en las redes sociales, y cómo este tipo de activismo contribuye a su lucha. Inicialmente, se discuten acercamientos históricos y científicos a la lesbianidad y la lesbofobia, recurriendo, en este caso, a las teorizaciones de Ángela Lorenzo. En articulación, se trabaja con el concepto de ‘identización’, como lo discutió Alberto Melucci, con miras a discutir la producción identitaria y el activismo. El enfoque metodológico está en línea con la etnografía virtual, en este caso realizada en la red social Instagram durante 2021. Se seleccionaron los posts publicados por cuatro jóvenes lesbianas, de entre 25 y 34 años, elegidos para visibilizar temas sobre lesbianidades. Los análisis mostraron que prevalece el contenido autobiográfico de las narrativas textuales y de imágenes. Las estrategias narrativas utilizadas para invertir y visibilizar las agendas de los movimientos lésbicos son variadas. Podemos afirmar que las identificaciones de estas activistas se construyen a diario en la escritura sobre sí mismas, así como en el desarrollo de una red de intercambios de información y afectos con otras lesbianas. Hay un uso explícitamente político de Instagram, ya que las publicaciones actualizan temas como las lesbiandades y las existencias lésbicas, buscando también el reconocimiento de luchas e identidades.

**Palabras-clave:** Activismo lésbico, Lesbofobia, Identificaciones, Juventudes, Narrativas.

## Introdução

*“o silêncio do lesbianismo<sup>3</sup> faz parte de um silêncio maior que recobre o universo feminino como um todo” (PORTINARI, 1989, p.49).*

A história das mulheres no Brasil foi secundarizada pela narrativa acadêmica tradicional, como afirma a historiadora Cláudia Freitas de Oliveira (2015), e é somente a partir da década de 1980 que as múltiplas formas de ser mulher passam a ser visibilizadas em pesquisas, gerando uma crescente e significativa bibliografia. No foco das análises socioculturais estavam as mulheres lésbicas que, até aquele período, tinham sua existência categorizada pela ciência sob a ótica patologizante (BARBOSA; FACCHINI, 2006). Nesse sentido, é possível afirmar que as pesquisas que abordam a lesbianidade, movimentos lésbicos, ou mesmo experiências lésbicas diversas, são relativamente recentes na ciência e foram impulsionadas pela presença de autoras lésbicas produzindo sobre si.

O silêncio, ou melhor, a tentativa de silenciamento e também de invisibilização são estratégias de poder e de controle e fazem parte da história lésbica. Silêncio que constantemente foi – e é – enfrentado pelos movimentos e ativistas lésbicas que lutaram e lutam para mudar a realidade histórica de lesbofobia e dor a qual lésbicas estão submetidas. O ativismo lésbico, desde a década de 1970, concretiza-se por meio de ações diretas, protestos em bares e nas ruas, produções de boletins<sup>4</sup>, realizações de eventos para debate das pautas lésbicas – em nível nacional e internacional<sup>5</sup>, e, na atualidade, também podem ser caracterizados pelo ativismo no espaço virtual.

O ativismo no espaço virtual, especificamente, é marcado por forte protagonismo de jovens lésbicas e tem ganhado certo destaque nas postagens de perfis na rede social Instagram. Nestes perfis as jovens explicitam questões a respeito do corpo e da feminilidade, das práticas violentas a que estão submetidas, além da intersecção entre raça, classe

---

<sup>3</sup> Lesbianismo era o termo utilizado para conceituar a lesbianidade, assim como “homossexualismo” representava a homossexualidade. Como afirma Lemos (2019), as lutas políticas contribuíram para a retirada da homossexualidade da classificação internacional de doenças mentais em 1990, retirando também o sufixo “ismo” dos termos.

<sup>4</sup> São exemplos de boletins o “ChanaComChana” e o “Um Outro Olhar” elaborados pelo GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista) nas décadas de 1980 e 1990. Para mais informações sobre eles ver Lessa (2007).

<sup>5</sup> São exemplos o Seminário Nacional de Lésbicas - SENALES (SENALESBI, pós 2016) que teve sua primeira edição em 1996 e ocorre até hoje, e os Encontros Lésbicos Latino Americano e Caribenho na década de 1970. Para mais informações sobre esses eventos ver, respectivamente, Selem (2007) e Soares e Costa (2014).

e sexualidade constantemente pontuadas. Ainda há o caráter autobiográfico que algumas postagens assumem, de forma geral, uma vez que possibilita pensar que as histórias pessoais foram sendo produzidas em contextos específicos, mas estão atravessadas por condições estruturais e aspectos comuns.

Sposito, Almeida e Corrochano (2020) argumentam – citando Nussbaumer – que o mundo virtual se apresenta, para a população LGBTQ+ especialmente, também como *lócus* de reconhecimento e explicitação de identidades, atuando nos momentos de invisibilidade e latência e, mesmo sendo provisória, a adesão aos espaços e comunidades virtuais permite romper o isolamento, “(...) abrindo alternativas para as interações no mundo off-line e para a integração em atividades coletivas, podendo constituir nexos com o próprio movimento LGBTQ+” (SPOSITO, ALMEIDA e CORROCHANO, 2020, p. 11). Dessa maneira, a existência dos perfis em questão – que trazem discussões a respeito de violência, saúde, identidade, entre outros – permitiria romper com a solidão gerada pela falta de representatividade em outros espaços (resultantes de imposições heteronormativas) e possibilitaria a reflexão e a ação política dentro e fora do espaço virtual.

Assim, interessa-nos analisar neste artigo como jovens lésbicas constroem suas identizações em ativismos contra a lesbofobia, a partir das narrativas que produzem na rede social virtual Instagram, e como esse tipo de ativismo contribui para sua luta. A abordagem metodológica empregada alinha-se com a etnografia virtual (HINE, 2004) na rede social em questão, analisando os perfis e algumas postagens de jovens lésbicas com idades entre 25 e 34 anos que utilizam esta plataforma como meio de visibilidade e discussão para assuntos e pautas sobre as lesbianidades.

Os perfis selecionados foram encontrados a partir de indicações em sites de mídia alternativa como Mídia Ninja ou Jornalistas Livres e também através das próprias redes de uma das autoras – também mulher lésbica. Por compreendermos que o espaço virtual compõe o cotidiano dos jovens e que as redes sociais se tornaram locais de debate e de ação virtual que repercutem sobre o mundo físico (FEIXA, 2014, p. 407), consideramos relevante as pesquisas sobre os ativismos em contextos digitais – e aqui especificamente de jovens lésbicas em seus perfis nas redes sociais virtuais, pelo teor autorreferenciado das postagens e, ainda, pela importância de se construir uma narrativa lésbica distante da patologização e da lesbofobia. Narrativas que exploram diversos pontos das realidades dessas mulheres e trazem para o âmbito virtual as interpretações que estas têm de si, do seu cotidiano, do

seu ativismo e da sua identização. A aproximação de outros sujeitos com estas narrativas possibilita romper com estereótipos e estigmas construídos historicamente na nossa cultura, além de proporcionar visibilidade e possível identificação para outras lésbicas. Para além dessa narrativa individual, como afirma Amorin (2019), o universo *online* também se configura como uma rede de articulações políticas e ativista, pois nele é possível o contato e a troca entre os sujeitos, bem como a visibilidade de pautas e a mobilização em larga escala.

O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira apresentaremos uma breve contextualização de como a historiografia e a ciência abordavam a lesbianidade, os conceitos de lesbofobia (Lorenzo, 2012) e de identização (Melucci, 2004). Na segunda seção, as teorizações sobre juventudes e o ativismo no espaço virtual com autores como Dayrell e Carrano (2014), Feixa (2014) e Sales (2019). A terceira seção aborda a metodologia de pesquisa, com o itinerário de investigação e os estudos de Hine (2004). E, por fim, na quarta seção apresentaremos as análises feitas a partir de postagens no Instagram e os resultados encontrados, que estão organizados em quatro eixos de análise: narrativas de lésbicas que não são lidas como “femininas”; a saúde sexual e psicológica de lésbicas; a importância de pautar a lesbianidade no mês da visibilidade lésbica<sup>6</sup> e a troca e o debate entre lésbicas ativistas na rede social.

Este artigo alinha-se ao debate a respeito das novas formas de ativismo postas em curso no tempo presente, como o ativismo *online*, reiterando a produtividade dessas ações políticas para certos sujeitos, que historicamente não têm sido ouvidos na afirmação de suas identidades – como é o caso das mulheres lésbicas. Compreendermos que as existências lésbicas possuem diversos atravessamentos; o corpo lésbico é perpassado por outras opressões como a de raça/etnia, classe, gênero, geração e, dessa maneira, há diferenças nos ativismos destas mulheres que vivem contextos e realidades distintas, organizando-se e se movimentando na luta contra a lesbofobia também de formas diferentes.

---

<sup>6</sup> De acordo com Borges (2005), no mês de agosto, ocorreram eventos importantes na história do movimento lésbico. Em 19 de agosto de 1983 ocorreu a primeira manifestação organizada de lésbicas contra o preconceito no nosso país, na cidade de São Paulo, no bar Ferro's Bar. Dessa maneira, a Rede de Informação Um Outro Olhar comemora o Dia Nacional do Orgulho Lésbico nessa data. Ainda, em 29 de agosto de 1995 aconteceu o I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) e essa data foi escolhida como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica como marco da organização das lésbicas brasileiras. (BORGES, 2005, p. 2). Nesse sentido, o mês de agosto é reconhecido como o mês de visibilidade lésbica voltado para afirmar a existência lésbica, apontar a lesbofobia enfrentada cotidianamente, relembrar as pautas que os movimentos lésbicos reivindicam e afirmar o orgulho.

## **Apontamentos sobre o silêncio: a história elaborada sobre a lesbianidade e a consequente lesbofobia**

Para dar início a reflexão, trazemos a teorização de Ángela Alfarache Lorenzo (2012) a respeito da lesbofobia, uma opressão específica vivida por mulheres lésbicas e que conforma a estrutura da sociedade ocidental. De acordo com a autora, a lesbofobia é uma construção cultural, um mecanismo político de opressão, dominação e subordinação das lésbicas na sociedade contemporânea. No núcleo da lesbofobia está o sexismo – no qual se articulam o machismo, misoginia e homofobia e, através dessa articulação, se estabelece um tipo de opressão estrutural inserida no contexto de um ordenamento sexual dominante que organiza as relações erótico-afetivas dos sujeitos. Considera-se a heterossexualidade como natural, superior e positiva, em oposição a homossexualidade, antinatural, inferior e negativa.

Porém, a lesbofobia é um tipo de opressão vivida apenas por mulheres lésbicas, pois é conformada tanto pelo machismo (inferioriza o feminino e coloca a mulher em condição de subordinação em relação ao homem), quanto pela homofobia (trata a homossexualidade como desviante em relação ao padrão heterossexual). Nesse sentido, Lorenzo (2012) argumenta que a lesbofobia se estabelece a partir das características estruturais da sociedade ocidental e se organiza a partir de um sistema binário, hierárquico e excludente – somente os gêneros mulher e homem, correspondentes aos sexos feminino e masculino, respectivamente, são reconhecidos, havendo a hierarquização de um deles sobre o outro (acarretando na supremacia dos homens sobre as mulheres). Outro elemento que concretiza a lesbofobia é a hierarquização das sexualidades, reconhece-se o desejo heterossexual como único possível, pois entende-se que o homem e a mulher enquanto sujeitos se complementam. Assim, todas as outras práticas sexuais que não estão em conformidade com esse padrão são consideradas desviantes e estigmatizadas.

Como efeito de relações sociais desiguais, a lesbofobia expressa-se a partir de quatro elementos: a não aceitação da diferença e a sua construção como desigualdade, a desumanização das lésbicas, a exclusão e a violência (LORENZO, 2012). No que tange ao primeiro elemento, a autora destaca que a construção da desigualdade é conformada pelo gênero e pela sexualidade, no caso de mulheres lésbicas. Elas são mulheres, logo,

“inferiores aos homens” dentro da concepção hegemônica, e também se diferenciam em relação ao padrão heterossexual por se relacionarem com outras mulheres. Em relação ao segundo elemento, Lorenzo (2012) afirma que lésbicas são estigmatizadas e, assim, é retirado o caráter humano dessas mulheres, pois mulheres só são consideradas razoavelmente humanas se cumprem com determinados papéis – como o papel de esposa (a partir da heterossexualidade) e de mães. Sobre o terceiro elemento, a exclusão, de acordo com a autora, as lésbicas são excluídas do grupo conformado pelos indivíduos heterossexuais, do grupo formado por mulheres heterossexuais e, ainda, excluídas do espaço social e político de luta por seus direitos. E em relação ao quarto elemento, a autora caracteriza-o pela intersecção do machismo, da misoginia e da lesbofobia que coloca em risco a vida das lésbicas e se expressa na violência sofrida por muitas cotidianamente.

É possível observar, sem pretensão de exaustividade nos limites deste texto, como a lesbofobia está presente na história brasileira e também na ciência e no direito. Conforme a autora é desafiador para a historiografia brasileira tematizar a mulher lésbica, visto que há pouca documentação produzida – principalmente no que tange os séculos XVI, XVII e XVIII – a respeito da homossexualidade feminina. A falta de interesse na pesquisa sobre mulheres lésbicas – por particulares ou mesmo por instituições – resultou “(...) em práticas de silenciamento e condição de sua invisibilidade maior ainda do que as conferidas às mulheres em geral” (OLIVEIRA, 2015, p.3).

Oliveira (2015) aborda, dentre outros aspectos, o discurso médico e do direito brasileiros a respeito da lesbianidade no século XIX. Nesse contexto, a medicina e o direito ocupam o lugar da Igreja na cultura e passam a classificar a homossexualidade como doença – especificamente como doença mental (*histeria*, por exemplo) – e, dessa maneira, deveria ser submetida a tratamentos diversos (a hidroterapia e a hipnose são exemplos). Ainda, médicos como Leonídio Ribeiro relacionavam as “causas” da homossexualidade como problemas de ordem fisiológicas relacionados ao desequilíbrio das funções endócrinas e os tratamentos podiam incluir intervenções cirúrgicas como transplantes ovarianos ou testiculares (OLIVEIRA, 2015, p. 9). Havia ainda, psiquiatras que afirmavam que a homossexualidade poderia ser evitada se as escolas oferecessem formação adequada. Assim, é possível observar que o discurso, mesmo sob uma ótica racional e científica, seguia culpabilizando e punindo sujeitos homossexuais. Em relação às lésbicas, especificamente, a autora afirma que a ciência e o direito interpretavam-nas como “invertidas” e tentavam

justificar as práticas sexuais entre mulheres como alternativas para “(...) romperem com a condição passiva de esposas e mães” (OLIVEIRA, 2015, p. 13) ou mesmo as explicavam como receio de gravidez, ou decorrência de fatores climáticos, decorrência de fatores hormonais (como menstruação ou menopausa) ou até a influência da literatura moderna.

### **Um olhar sobre a construção de identidades**

De forma geral, a existência lésbica ao longo da história (não só brasileira, mas mundial) só é conhecida por conta do sofrimento e da punição. Com escasso interesse em registrar a lesbianidade, essa história é marcada pela invisibilidade e pela dor. Porém, neste artigo consideramos importante trazer as vozes em primeira pessoa de quem atualmente luta para mudar essa realidade histórica que até hoje violenta e mata. As vozes de ativistas lésbicas. E, nessa perspectiva, para compreender como as narrativas são elaboradas pelos sujeitos na produção de uma identidade, trazemos o conceito de identização, cunhado por Alberto Melucci (2004) utilizado para “(...) expressar o caráter processual, autorreflexivo e construído da definição de nós mesmos” (MELUCCI, 2004, p. 48), não sendo uma essência, mas um campo de ação. De acordo com o autor, a identidade surge com o questionamento sobre nós mesmos causado pela experiência da falta.

Ainda segundo esse autor, a cultura é o universo simbólico no qual definimos as experiências fundamentais da falta: o limite, a morte e a alteridade. Não existem necessidades biológicas que já não estejam organizadas dentro de uma linguagem e das relações sociais, sendo assim, as nossas necessidades são produto da cultura e também resultado de uma construção social. De acordo com o autor, “a espontaneidade das necessidades primárias foi reprimida por uma sociedade que as obstaculariza ou constrange com os seus aparatos de controle” (2004, p. 40). Logo, para Melucci, vivemos dentro de relações de poder que não conseguimos eliminar (mas podemos mudar) e que são condição para a vida associativa. Está incutida nessa socialização a ideia de que todas as necessidades – incluindo as individuais – são políticas e o seu reconhecimento é condição para a participação na vida civil.

Assim identidade para Melucci (2004) abrange três elementos actantes principais: continuidade de um sujeito que se conserva no tempo (independente das variações no



tempo e adaptações do ambiente); também a noção de unidade (que estabelece os limites entre um sujeito e outro) e, ainda, a relação entre dois elementos (que é a capacidade de se reconhecer e ser reconhecido). Logo, identidade para Melucci é uma capacidade autônoma de produção e reconhecimento do nosso eu que possui certa semelhança e certa reciprocidade; percebemo-nos semelhantes aos outros e somos capazes de afirmar nossa própria diferença como indivíduo.

Para o autor, devemos redirecionar a atenção para os processos pelos quais os indivíduos constroem a identidade, manejando as muitas pertencas do percurso (a familiar, a social, por exemplo), gestando o que ele denomina “multiplicidade do eu” – a identidade, então, se torna um processo de constante negociação entre as diversas partes e tempos diversos do eu, ambientes ou sistemas diversos de relações nas quais cada um de nós está inserido. Logo, a identidade não é uma essência, mas um campo de ação, onde há uma dinamicidade entre polos individuais (experiência individual, subjetiva) e coletivos (fenômenos coletivos, realidade social, comunidades) constituídos ao longo de uma vida.

Desta perspectiva, Alberto Melucci (2004) afirma que a participação em ações de mobilização coletiva e movimentos sociais assentam seus alicerces justamente nessa necessidade de identidade e contribuem para respondê-la. Na outra obra do autor intitulada “A Invenção do Presente”, Melucci (2001) também aborda a identidade, porém a partir da análise dos movimentos sociais contemporâneos. Ainda é importante mencionar que, desde a perspectiva do autor, a constituição da identidade coletiva tem um caráter contínuo, nunca tem fim e nem é um fato acabado, é constantemente construída e reconstruída nas ações coletivas, é motivo e resultado das ações.

A identidade coletiva é estabelecida como o resultado da construção de um “nós” em oposição a um “eles”. Na esteira desse pensamento, podemos afirmar que a identidade dessas jovens lésbicas pode ser formada tanto na experiência do movimento social (dos coletivos ou grupos que algumas compõem), quanto em ações que vão mobilizando nas redes sociais, através do conteúdo que compartilham e das histórias que contam sobre si mesmas e sobre os outros, num jogo, então, entre pertença coletiva e singularização social.

### **A internet como campo de ação política para jovens lésbicas**

Para Juarez Dayrell e Paulo Carrano (2014) compreender os jovens apenas pelo fator idade – uma associação bastante comum – é simplificar uma realidade que é complexa e que envolve diversos elementos como a cultura, os contextos históricos e sociais, os condicionantes econômicos e os campos simbólicos. Os autores salientam que seria necessário considerar que as representações sobre a juventude, “(...) os sentidos que se atribuem a essa fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos” (p. 110), logo, a juventude é uma condição social e, ao mesmo tempo, um tipo de representação. Isso porque, apesar de esses indivíduos passarem por transformações biológicas semelhantes de determinadas faixas etárias, vivem diferentes construções históricas e sociais que são relacionadas a esse tempo. Sendo assim, também não se deve reduzir a juventude a uma passagem, ela constitui um momento determinado, assumindo uma importância em si mesma como um momento de inserção social, se descobrindo e experimentando as possibilidades possíveis nas instâncias diversas da sua vida.

Ainda para Dayrell e Carrano (2014), a juventude é uma categoria dinâmica, eles explicam:

As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc.), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, por exemplo) e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição dos diferentes modos de vivenciar a juventude. (DAYRELL;CARRANO, 2014, p. 112).

Dessa maneira, esse momento da vida é transformado no contexto das mutações sociais que ocorrem ao longo da história, assim, os autores afirmam que não há uma juventude, mas sim juventudes – no plural – visto que os jovens experimentam esse momento da vida e o sentem de acordo com o contexto sociocultural no qual estão inseridos e, dessa maneira, vão elaborando seus modos de ser jovens. Esta noção dos autores, da diversidade de sujeitos que fazem parte da categoria juventude, é o que orienta a análise deste ensaio.

Ainda, estudos recentes sobre juventudes têm indicado a produtividade de considerar os espaços digitais como constituidores das experiências de ser jovem na atualidade, razão porque estes espaços se tornam importantes na produção de pesquisas acadêmicas. Para Feixa (2014), a denominada Geração # se trata da geração de sujeitos nascidos nos

anos 1990, educados na era digital, ou “nas redes”, e que chegaram à juventude em torno de 2010. Época em que se consolidou a “web digital” (FEIXA, 2014, p. 407) em particular as redes sociais como o Facebook e o Twitter nas quais os sujeitos participam segundo afinidades sociológicas, ideológicas ou culturais e que, conseqüentemente, aumenta a capacidade de conectividade entre os usuários.

Outra característica desse momento em específico é a criação de uma subjetividade na qual as conexões estão deslocalizadas, não é mais necessário estar reunido em um ambiente físico (*offline*, portanto) para haver conexões entre os sujeitos. Ainda, de acordo com o autor, os jovens dessa geração revivem microgrupos (locais, segundo afinidades) que tem na rede social seu espaço de comunicação, socialização e ação privilegiada.

Outro aspecto importante elencado por Feixa (2014, p. 407) a respeito da “web 2.0” é a possibilidade de conversão de consumidor em, ao mesmo tempo, “prosumidor” – termo em espanhol, que remete a produtor de conteúdo – e consumidor. Para o autor, esse novo papel que une a disseminação de aplicativos *online* e as ferramentas de colaboração, tem promovido o trabalho colaborativo na internet que vai além dos interesses pessoais. Assim, as redes sociais se tornaram locais de debate, como afirma o autor, “(...) las redes sociales se han convertido en plazas de debate y acción virtual (CODINA, 2009; FERNÁNDEZ-PLANELLAS, FIGUERAS-MAZ Y FEIXA, 2014) que repercuten sobre el mundo físico (o analógico)” (FEIXA, 2014, p. 407). Feixa (2014) descreve a ação dos sujeitos nas redes sociais como “nós”, cada “nó” funciona individualmente, porém de forma colaborativa, é a geração da inteligência coletiva, do conhecimento compartilhado e da conectividade entre os indivíduos.

Essas ações *online* se inserem dentro do conceito de ativismo, debatido entre pesquisadores. Para este artigo, optamos por trazer o conceito cunhado por Sales (2019) no artigo intitulado “Quais as diferenças entre os termos militância e ativismo” publicado pelo Nexo Jornal. Para Sales (2019, on-line) militância e ativismo são metodologias usadas com o objetivo de “agir em conjunto para interferir nas normas”. Porém, são metodologias diferentes e produzem efeitos diferentes. Como afirma o autor, é a partir das Jornadas de Junho em 2013 que, no Brasil, a palavra ativismo passou a fazer parte do vocabulário político brasileiro e tem como características principais: o fato de que as decisões e as lideranças são partilhadas entre muitos, novas tecnologias dão corpo às ações dos sujeitos, os ativistas contam com redes de modelo organizativo estratégico e valorizam a agência, a

criatividade e, ainda, dão importância às necessidades singulares imediatas. O ativismo se caracteriza então como uma pertença singularista e múltipla, com horizontalidade nas escolhas das decisões e o reconhecimento das necessidades singulares imediatas. Diferentemente do conceito histórico de militância que, de acordo com o autor, “privilegia estruturas organizativas centralizadas funcionando segundo lógicas militares e produz, naqueles que fazem uso dela, uma moralidade rígida semelhante a demandada aos soldados durante as guerras” (SALES, 2019, on-line), requer disciplina, valoriza a centralização e a heteronomia.

Assim, entendemos que as formas de ativismo se pluralizam – não estão centradas apenas em práticas específicas – articulando os espaços da vida cotidiana e as redes sociais virtuais, visto que a internet é também um espaço no qual se constroem as culturas juvenis contemporâneas. Interessam, nesse sentido, os ativismos de jovens mulheres lésbicas que, utilizando redes virtuais como o Instagram, constituem formas de representação, de expressão, de contestação de estereótipos, de mobilização e resistência. Tais práticas são constitutivas das identidades e também dos espaços de ação individual e coletiva.

### **O ativismo de lésbicas no Instagram: o percurso metodológico**

Esta pesquisa parte das narrativas de jovens lésbicas que atuam nas redes sociais como forma de ativismo. No primeiro semestre de 2021, realizamos um mapeamento *online* de perfis de jovens lésbicas no Instagram e que utilizam sua rede social como um espaço para a ação política em combate a lesbofobia.

O Instagram, existente desde 2010, é uma rede social *online* gratuita de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários e que permite, também, a criação de “lives” de transmissão ao vivo na qual podem participar até dois usuários, sendo exibida para os seguidores de quem a iniciou (e que podem, posteriormente, ficarem salvas no perfil da usuária). De acordo com Amorin (2019), o Instagram possibilita a utilização de hashtags (#) que organizam e agrupam várias postagens de perfis diferentes em um único endereço em que se encontram todas as que estão indexadas com a mesma hashtag, além disso, a base de interações desta rede social está na existência de seguidores com quem é possível partilhar essas publicações. A autora ainda afirma que a utilização dessa plataforma pode ser feita por usuários de modo mais privativo (mantendo as contas fechadas para aqueles que

não fazem parte da lista de seguidores), quanto para empresas ou sujeitos que estão interessados na publicização de eventos, palestrar, venda e divulgação de produtos. Além disso, acrescentamos que esta rede social também é muito utilizada por portais de notícias, ou mídia alternativa, para o compartilhamento de notícias e, ainda, por coletivos e movimentos sociais na divulgação de suas pautas, eventos ou para compartilhamento de informações.

Os perfis selecionados no Instagram para este artigo foram encontrados em indicações em sites de mídia alternativa que elaboraram postagens com indicações de perfis “para seguir e conhecer” durante os meses de agosto (Mês da Visibilidade Lésbica) e de novembro (Mês do Orgulho Negro), além de pesquisa através de contatos de uma das autoras que é lésbica. Selecionamos quatro perfis, nos quais, todas são jovens e se identificam como lésbicas nos próprios *usernames* ou descrição do perfil – às vezes com outros sinônimos da palavra lésbica como “caminhão” e “sapatão”. Além disso, há outros marcadores como a raça/etnia (negra, por exemplo) e profissão (psicóloga, artista, historiadora, por exemplo) que também são descritos nos perfis. Consideramos importante destacar que todos esses perfis são perfis “pessoais” das jovens que remetem o leitor ao nome pessoal, ou que, ainda, mesclam postagens de cunho político com fotos pessoais.

Para a seleção dos perfis optamos por aqueles nos quais as jovens fossem brasileiras, que tivessem a identificação da sexualidade lésbica e também que tivessem o maior número de postagens sobre a pauta lésbica. Após a identificação dos perfis, fizemos contato com as autoras através de mensagem direta pelo Instagram ou por e-mail. Nesta mensagem, solicitamos a autorização para a publicação de trechos das postagens neste artigo e também a autorização para a exibição dos nomes dos perfis. Duas das entrevistadas permitiram que seus *usernames* fossem expostos e duas delas preferiram manter-se no anonimato e, em função disso, serão identificadas no presente artigo pelos nomes fictícios Cassandra e Rosely. Em relação às postagens, observamos a recorrência de alguns temas nos perfis selecionados e estes foram organizados em eixos analíticos.

Ao postar uma foto nesta rede social, o usuário pode escrever uma legenda e receber curtidas e comentários, e, nos limites deste artigo, escolhemos analisar apenas postagens no formato de imagem e de texto, excluindo neste momento as postagens em vídeo. Consideramos importante informar que em todos estes perfis há também conteúdos em vídeo e transmissões ao vivo através das “lives” com outras ativistas lésbicas que ocorrem

com certa frequência, promovendo a troca de informações e o apoio entre lésbicas. Ainda, há a recorrência de postagens e discussões a respeito de outras opressões que perpassam corpos lésbicos dessas ativistas, como a raça/etnia, localidade e geração, porém, para este artigo iremos centrar as análises apenas nas postagens que abordam as lesbianidades.

Em relação à abordagem metodológica, optamos por realizar uma etnografia virtual (HINE, 2004) analisando os aspectos citados acima. Para Hine (2004), o espaço virtual (ou ciberespaço) não precisa ser visto como um lugar separado da “vida real” ou mesmo das interações face a face. De acordo com a autora, a internet se conecta de formas complexas com os ambientes físicos que facilitam o seu acesso ao mesmo tempo em que é dependente de tecnologias que são utilizadas de formas particulares de acordo com contextos específicos e que são aprendidas, interpretadas, incorporadas e adquiridas em seus espaços de ocorrência. Assim, nos termos de Hine (2004, p. 81), a etnografia virtual funciona como um módulo que problematiza o uso da internet, pois esse universo adquire sensibilidade no seu uso. Dessa maneira, é uma etnografia “en lo virtual, de lo virtual, y a través de lo virtual” (HINE, 2004, p.82)”, sendo o mundo virtual um espaço que faz parte da vida “real” através de interação mediada caracterizada pela autora como “fluida, dinâmica y móvil” (HINE, 2004, p. 81).

A autora também argumenta que a cultura e a comunidade não são produtos diretos de um lugar físico, logo, a etnografia também não precisa ser, e “(...) el objeto de investigación etnográfica puede reformularse, convenientemente, para centrarse en los flujos y las conexiones en vez de en las localidades y los límites como principios organizadores.” (HINE, 2004, p. 81). Sendo assim, a etnografia virtual se faz adequada para o propósito de explorar as interações mediadas, pois é uma etnografia adaptável às condições que se encontra. Segata (2008) compartilha da perspectiva da autora afirmando que o ciberespaço não está separado da vida real das pessoas, e se faz como constructo comum e cotidiano.

Nesse sentido, entendemos que através da etnografia virtual conseguimos elaborar como jovens lésbicas, a partir da construção de suas identizações, constroem um ativismo que está localizado no ciberespaço, mas que não está separado de um ativismo que atua também na vida “real”. Entendemos que as postagens com informações sobre saúde lésbica, ou as histórias sobre suas realidades, por exemplo, elaboradas por estas jovens são potência para a transformação da realidade social – que é conformada pelo real e pelo virtual.

## **A potência do ativismo lésbico *online*: analisando as postagens no Instagram**

Partindo da perspectiva de Feixa (2018), de que o ciberespaço é um espaço de observação no qual estão presentes os jovens e que segui-los por este espaço é útil (OLIVEIRA; LACERDA; SANTOS; FEIXA, 2018) para a pesquisa e, em meio a este cenário a rede social Instagram vem sendo utilizada por jovens lésbicas como um lugar possível de atuação política, iniciamos nossas reflexões a partir das postagens produzidas pelas ativistas. As análises dos quatro perfis demonstraram que alguns temas e debates se apresentam com certa relevância para a população lésbica de forma que se repetiam entre estes perfis em questão. A partir dessa observação, organizamos os resultados em quatro eixos de análise: 1) lésbicas que não são lidas como “femininas”; 2) a saúde sexual e psicológica de lésbicas; 3) a importância de pautar a lesbianidade no mês da visibilidade lésbica; 4) a troca e o debate entre lésbicas ativistas na rede social. Para cada eixo serão exibidos trechos ou imagens de duas postagens e, ainda, consideramos relevante informar que optamos por reduzir algumas passagens para que elas não ficassem muito extensas no corpo do texto (incluindo a retirada das hashtags) e para manter o anonimato das ativistas que não quiseram expor suas identidades.

Em relação ao primeiro eixo de análise, consideramos relevante trazer a diferenciação entre lésbicas que estão dentro do padrão de feminilidade e lésbicas que não estão dentro desse padrão. No que tange o primeiro grupo, são mulheres que utilizam signos da feminilidade em seu corpo – podem ou não utilizar maquiagem, roupas consideradas “femininas”, cabelos compridos, por exemplo. Em relação ao segundo grupo, essas mulheres não utilizam signos do que é considerado “feminino” padrão em seu corpo (podem vestir ou não roupas consideradas “masculinas”, ou ter cortes de cabelo curto, por exemplo) e, assim, são mais facilmente lidas como lésbicas estando mais sujeitas a sofrer com a lesbofobia do que as que estão dentro do padrão de feminilidade – estas, muitas vezes, são lidas como mulheres heterossexuais. Reyes (2017) utiliza o termo “tomboy” para descrever esse grupo de indivíduos – porém há na literatura e na cultura lésbica outros termos como “butch”, “caminhoneira”, “caminhão”, “sapatão”, “desfeminilizada”, entre outros – e, para a autora, por adotarem vestimentas, comportamentos e apelidos que socialmente são

considerados “masculinos” e, por consequência, “inadequados” (pois não estão dentro do que é considerado feminino), “(...) as tomboys estariam propícias a sofrer violência por parte de integrantes de seu grupo social e a tornarem-se alvo da violência coletiva por recusarem-se a se conformar a determinadas expectativas sociais.” (REYES, 2017, p. 5364). Na postagem selecionada do perfil de Cassandra, a ativista trouxe o relato da atleta de *crossfit* Mayara Faria na qual a atleta relata ter sofrido com a tentativa de imposição de adereços considerados “femininos” no seu corpo.

Figura 1. “Lesbofobia no esporte”



Fonte: Imagem retirada do Instagram pessoal de Cassandra

No corpo do texto, Cassandra afirma:

*Como eu costumo falar por aqui, ser mulher é difícil, ser mulher lésbica piorou, e ser uma mulher lésbica fora dos padrões de gênero mais ainda. (...) May pode ser a melhor atleta de Crossfit do Brasil, pode ser a melhor do mundo, pode bater recordes masculinos, mas o que interessa pra marca é que ela aparente ser frágil e delicada, apesar do seu trabalho exigir uma outra composição corporal. Tanto faz a sua performance, para a sociedade a função principal da mulher é estar esteticamente alinhada com o que os homens entendem enquanto mulher para que possamos estar a serviço deles. Mulheres não precisam de corpos femininos, nem da heterossexualidade, nem de um cabelo comprido. Apoiem mulheres atletas que vivem de esportes estereotipadamente masculinos.*

[Cassandra, postagem realizada em 24 de agosto de 2020 no Instagram. Acesso em: 08 ago.2021]

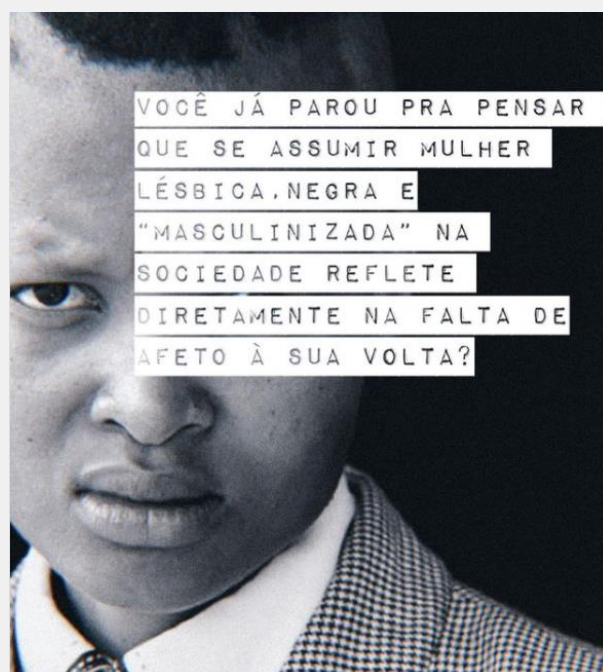
Essa postagem denuncia como os padrões de gênero são violentos para as mulheres, mas, principalmente, para as mulheres lésbicas que constantemente têm o seu gênero



questionado por, muitas vezes, não utilizarem signos considerados “signos femininos” – como as roupas, ou o cabelo curto, por exemplo. Ainda, informa sobre a atuação das indústrias e dos patrocínios na vida dos atletas brasileiros que, muitas vezes, são obrigados a passar por situações como a descrita e podem sofrer violências sem a opção de denunciar pois há a necessidade daquele investimento na sua profissão. Situação que supomos ser frequente, principalmente, com lésbicas e LGBTs num geral por justamente serem indivíduos que normalmente não estão de acordo com as normas de gênero impostas.

Na mesma direção, a postagem (em formato de imagem e texto) de Rosely também é uma denúncia a essa imposição no seu próprio corpo.

**Figura 2.** “Mulher, lésbica, negra e ‘masculinizada’”



**Fonte:** Imagem retirada do Instagram pessoal de Rosely

*(...) O papel dessas mulheres e onde elas estão? Aqui no Rio Grande do Sul somos poucas, digo, com essas afirmações de representar “masculina”, (te peço desculpas pelo vocabulário, afinal quero que minha comunidade entenda o que escrevo, logo, só comecei dessa forma para te chamar atenção). Vivemos em um “pilar” sobre vivência: A negritude - Como principal mecanismo do racismo, heterossexismo, fetiche e violência -, A orientação - Como o maior percursor de vida, trazendo o preconceito e exclusão - E a solidão - Como parte de um processo, onde a afetividade é selecionada, logo, exclusiva aos corpos brancos. (...) É escuro que muitas outras coisas nos rodeiam como mulheres negras e lésbicas mas, em algumas vivências, essas se sobressaem. Ao sair na rua à noite, nós mulheres negras e “masculinas” somos confundidas como homens negros, é claro, sem abrir a boca, mas você, mulher branca e lésbica, por mais roupas da sessão masculina que você coloque, (...) nunca entenderá o que é*

*ser confundida. Eu, já tive uma arma na cabeça, uma arma mirada para mim e minha companheira, eu já fui agredida na rua, em festas, expulsa. Você, com o seu privilégio, não será tratada assim. Com isso, quero terminar dizendo, que mês da visibilidade lésbica também, é visibilidade para a nossa vivência, além de querermos viver, a importância desse debate se faz, para te dizer, que não é tão difícil nos amar.*

[Rosely, postagem realizada em 07 de agosto de 2019 no Instagram. Acesso em: 08 de agosto de 2021]

De acordo com a ativista, seu corpo, por ser negro e de uma lésbica “masculina” (nas palavras dela), pode ser lido e confundido com o corpo de um homem negro, correndo o risco de sofrer com a perseguição que homens negros sofrem na nossa sociedade racista. De acordo com Goés, Ramos e Ferreira (2021)<sup>7</sup>, entre 2017 e 2018 os dados da 13ª edição do Anuário da Violência mostraram que 75,4% das vítimas mortas pelas polícias brasileiras eram negros (pretos e pardos). Como afirma Pinho (2014)<sup>8</sup>, no nosso país, há a perseguição de determinados indivíduos por parte dos agentes da lei mais do que se contém as práticas delituosas - é o que o autor chama de “opositor racializado”. O autor traz as contribuições de Ana Flauzina afirmando que a autora encontra elementos suficientes para afirmar que nas fundações do direito penal brasileiro desconsidera-se mais “fato do crime” para se concentrar na “pessoa do criminoso”. Para Pinho, os agentes da lei que estão “(...) amparados e investidos de poder e salvaguardas legais para garantir a reprodução do estado de direito, operam contra a lei dentro da lei, em contradição flagrante, e como um *modus operandi* (i)legítimo, espalhando o medo e o terror.” (PINHO, 2014, p. 01). E, para além da violência policial, os dados do Atlas da Violência (2019) revelaram que, no Brasil, 75,5% das vítimas de homicídios no país foram indivíduos negros (GOÉS; RAMOS; FERREIRA, 2021, p. 2), demonstrando que a população negra vive um genocídio e seus corpos são alvos. Ainda, Rosely afirma que não ser lida com a feminilidade padrão, enquanto mulher negra, a afasta mais ainda dos afetos que são sempre mais direcionados às mulheres brancas, finalizando o seu texto com a frase “não é tão difícil nos amar”. Para Cassandra e Rosely, esses corpos lésbicos ultrapassam as normas e conceitos impostos e é por isso que sofrem tanta

---

<sup>7</sup> Artigo de Goés, Ramos e Ferreira (2021) intitulado “Uso de máscara, homens negros e o racismo institucional em tempos de pandemia” publicado no portal Rede CoVida. Disponível em: <https://redecovida.org/2020/05/26/uso-de-mascara-homens-negros-e-o-racismo-institucional-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 08 ago.2021.

<sup>8</sup> Artigo de Pinho (2014) intitulado “O Fantasma do Estado: Genocídio e Necropolítica” publicado no portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-fantasma-estado-genocidio-e-necropolitica/> . Acesso em: 08 ago. 2021.

violência.

No que tange o segundo eixo de análise, trouxemos uma postagem do perfil de J Lo Borges (@jloborges) e de Angélica (@psiangelicagloria) que abordam, respectivamente, a saúde sexual e a saúde psíquica de lésbicas. Na primeira postagem, J Lo Borges conta sobre um teratoma de ovário que descobriu no seu corpo após um exame ginecológico, a ativista afirma que mesmo sendo muito observadora em relação ao seu corpo isso não basta, é necessário que lésbicas façam exames médicos.

*Saí do armário em 2009 e milito ativamente pela causa lésbica desde 2015. Em todos esses anos, nunca vi a saúde sexual de lésbicas ser tratada para além da prevenção às ISTs, sempre através das gambiarras feitas a partir de luvas de látex, camisinhas e plástico pvc. É como se, nós, sapatonas, não tivéssemos órgãos internos ou como se eles não estivessem sujeitos a adoecer. O movimento lésbico consegue compreender a violência ginecológica contra lésbicas, mas, falha ao nos ajudar a reconhecer que precisamos ir ao ginecologista - muitas vezes, com urgência. Se sabemos que lésbicas costumam evitar essas consultas, é possível pensar em uma política de redução de danos? Sempre fui de observar meu ciclo menstrual, a aparência e o cheiro da minha ppk pra tentar compreender se estou - ou não - adoecida, mas isso não basta. O Teratoma de ovário (...) é comum em mulheres jovens. Na maioria dos casos, é assintomático e descoberto em exames de rotina. (...) Apesar disso, não conseguia associar minhas dores e o aumento do meu volume abdominal a uma condição nos meus ovários, só descobrindo o problema ao fazer meus exames ginecológicos de rotina (que estavam atrasados). Isso me fez pensar na necessidade de quebrarmos o silêncio para falar abertamente sobre sapatonas e ginecologia, sem julgamentos, buscando compreender exatamente o que nos faz evitar esse cuidado para que possamos resolver esses problemas e resgatar nosso direito à saúde. Vamos trocar essa ideia?*

[J Lo Borges (@jloborges), postagem realizada em 27 de abril de 2021, no Instagram. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/COLDQT\\_JINh/](https://www.instagram.com/p/COLDQT_JINh/). Acesso em: 08 ago.2021]

A postagem em questão aborda a saúde da dona do perfil, é possível observar uma discussão a respeito da falta de atenção à saúde sexual de lésbicas pela medicina em geral – quando a ativista cita as “gambiarras feitas a partir da luva de látex, camisinhas e plástico PVC” para a proteção contra ISTs – ações sugeridas por médicos em consultórios, visto que não há método de prevenção para as relações lésbicas. Ainda, ela faz um diálogo direto com a população lésbica a respeito da reprodução dessa “violência médica” dentro da cultura e a necessidade de essas mulheres observarem e estarem atentas aos seus corpos. A dona do perfil afirma que o movimento lésbico “falha” não ajudando lésbicas a reconhecer que precisam ir ao ginecologista, acarretando na reprodução da visão violenta de que as

relações sexuais entre duas mulheres não são relações passíveis de transmissão de doenças.

Já a segunda postagem, escrita por Angélica, aborda a saúde psíquica de mulheres lésbicas e, nesse caso em específico, como o apagamento lésbico pode afetar a subjetividade de mulheres lésbicas.

*Nós vemos o apagamento lésbico acontecendo diariamente. Tal fenômeno afeta profundamente a subjetividade de mulheres lésbicas. Toda a sociedade pode acabar dando força a movimentos lesbofóbicos que anulam cada vez mais a possibilidade de uma existência saudável para mulheres lésbicas. É sempre bom ficarmos atento para notar os momentos em que esses discursos ocorrem e interferir neles. Quando uma pessoa heterossexual engasga ou trava na hora de falar a palavra “lésbica” (...) isso é apagamento lésbico. (...) Quando é dito que uma mulher lésbica “não feminina” não é mulher, e sim, homem, isso é apagamento lésbico. Quando é dito que uma mulher não é lésbica por ser “feminina”, isso é apagamento lésbico. (...) ou mesmo quando o número de mulheres lésbicas participantes não é proporcional ao número de pessoas das outras siglas participantes, isso é apagamento lésbico. [Angélica (@psiangelicagloria), postagem realizada em 23 de julho de 2020 no Instagram. Acesso em 08 ago. 2021.]*

Os exemplos destacados pela ativista conformam a lesbofobia como uma violência que também afeta a saúde psicológica de mulheres lésbicas devido, principalmente, ao apagamento lésbico produzido pela nossa sociedade. Um dado importante para ser trazido neste ponto é o índice de suicídios entre a população lésbica registrado em 2019, informados pelo Relatório do Grupo Gay da Bahia denominado “Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil”<sup>9</sup>, organizado por José Marcelo Domingos de Oliveira e Luiz Mott. Os pesquisadores deste relatório coletam os dados através de indicadores produzidos pela Academia, instâncias governamentais e pelo próprio movimento LGBTQ+. De acordo com o relatório, foram localizados 32 casos de suicídio entre a população LGBTQ+ no ano em questão nos meios de comunicação e, destes, 21,8% foram de lésbicas. Um número expressivo que demonstra a importância de debatermos sobre o que contribui para o adoecimento lésbico e de que maneira podemos mudar essa realidade.

Em relação ao terceiro eixo de análise, a importância de pautar a lesbianidade no mês da visibilidade lésbica, destacamos as postagens de J Lo Borges e de Cassandra. J Lo Borges, em comemoração ao mês de agosto compartilha sua arte e seu relato de como foi

---

<sup>9</sup> Relatório disponível em: <https://img1.wsimg.com/blobby/go/b0a35170-26bd-4092-82af-6a9e6302d848/Relat%C3%B3rio%20GGB%20Mortes%20Violentas%20de%20LGBT%202019.pdf>. Acesso em 08 ago.2021.

se compreender lésbica e a importância de poder viver afetivo e sexualmente a lesbianidade e, assim, se afirmar enquanto tal.

**Figura 3.** “Conhece-te sapa tona”



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CSFsLIJHw9/>

No corpo do texto, J Lo afirma:

*Chegou agosto, o mês da visibilidade lésbica, e eu gostaria de voltar com vocês ao princípio de tudo: o autoconhecimento. Vocês sabem que existem as lésbicas que desde sempre sabem que são sapa tonas e aquelas que demoraram [às vezes, MUITOS ANOS] para compreenderem a própria sexualidade. Mas, nos dois casos, só é possível saber e existir de forma completa olhando pra dentro de nós mesmas... Eu demorei a me compreender lésbica. Na verdade, acho que sempre soube quem sou, mas me neguei por muito tempo por conta das lesbofobias que sofri, já durante a infância. Eu deixei de olhar pra mim e segui um modelo que me foi dado pronto. Ele me entristecia, me machucava, me fazia infeliz e completamente perdida. Algo não fazia sentido; talvez nada fizesse sentido. E, quando me olhei pra me conhecer por completo, na verdade, olhava para outra mulher. (...) Não se afirma "sou" se há dúvida. Não há espaço para dúvida na existência lésbica. Eu sou e me conheço e vivo completa em minha existência porque não me nego. Isso, desejo a todas as mulheres, de toda e qualquer sexualidade: conheça-te, sinta, não se negue, não desconstrua. E, pra você, sapa tona: desejo que tu se ame mais que o mundo e que o desejo e o amor guiem sempre o teu caminho.*

[J Lo Borges (@jloborges), postagem realizada em 03 de agosto de 2021 no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSFsLIJHw9/>. Acesso em: 08 ago. 2021].

Essa postagem apresenta, na visão da ativista, como a experiência de se perceber

enquanto mulher lésbica pode variar (“aquelas que desde sempre sabem” ou as que “demoram para compreender sua sexualidade”) não tendo uma regra, e como é importante o autoconhecimento nessa trajetória de vida e de percepção de si. Outro ponto importante destacado por J Lo Borges é como a lesbofobia age na realidade das mulheres lésbicas que, muitas vezes, negam a suas existências a si mesmas e, dessa maneira, se percebem infelizes e aprisionadas. Afirmamos aqui a relevância de postagens como esta, na qual jovens lésbicas retratam sua história demonstrando para as suas iguais que elas existem e que há a possibilidade de felicidade mesmo em um mundo lesbofóbico.

A postagem de Cassandra selecionada para esta categoria de análise faz parte de um número maior de postagens elaboradas pela ativista no mês da visibilidade lésbica de 2020. Cassandra publicou textos, imagens e realizou “lives” com outras lésbicas que também fazem ativismo *online* durante todo o mês de agosto de 2020 como uma maneira de dar visibilidade a esse mês de luta e de debate sobre as pautas e existências lésbicas. Na postagem em questão, a ativista apresenta ao público os elementos que compõem a bandeira lésbica na legenda da imagem e afirma ser muito importante que essa população conheça a história de resistência dos movimentos e os ícones importantes por trás de cada um dos símbolos apresentados na bandeira.

**Figura 4.** “Destrinchando os elementos da bandeira lésbica”



**Fonte:** Imagem retirada do Instagram pessoal de Cassandra

Retomamos o argumento de Sposito, Almeida e Corrochano (2020) de que o mundo virtual pode funcionar como lócus de reconhecimento e representação das identidades atuando nos momentos de invisibilidade para a população LGBTQ+ que pode ser exemplificado através dessas duas postagens que dialogam diretamente com outras mulheres a

respeito da percepção de si e da sua vida afetivo-sexual e a relevância de assumir essa identidade quando se tem certeza e, também, da relevância de conhecer instrumentos e histórias que representam a luta lésbica como ferramenta de orgulho.

O quarto, e último, eixo de análise corresponde a um movimento realizado por essas jovens de visibilidade aos perfis de outras ativistas lésbicas que também gera troca entre elas. É perceptível em todos os casos analisados a integração entre essas jovens, inclusive entre as selecionadas para este artigo, que pode ser exemplificada através dos convites para participação em “lives” nos seus perfis que abordem a temática lésbica. Nesses casos, as duas ativistas conversam e debatem ao vivo sobre o assunto e também interagem com o público através dos comentários. Cassandra e Angélica são as jovens que mais produzem “lives” em conjunto com outras ativistas lésbicas sendo perceptível a ação principalmente no mês da visibilidade lésbica e do interesse em debater certas pautas – como a importância de se organizar politicamente como ferramenta de emancipação para lésbicas, ou a saúde mental dessa população, por exemplo. As outras ativistas selecionadas são mais convidadas a integrar em “lives” produzidas em perfis externos aos seus, sem produzirem tantas. Abaixo apresentamos trechos das legendas dessas transmissões que demonstram o que mencionamos.

*Helouuuu lesbianssss Tão boas?? Trouxe essa rainha acessível, dona do Twitter hahahaha [nome da convidada] pra gente introduzir uma temática importantíssima aqui (...): capacitismo e lesbianidade!*

[Cassandra, postagem realizada em 13 de agosto de 2020 no Instagram. Acesso em: 08 ago. 2021]

*Saúde Mental da Mulher Lésbica*

*Live maravilhosa com a [nome da convidada]! Amei demais trocar com todas vocês que participaram!*

[Angélica (@psiangelicagloria), postagem realizada em 09 de agosto de 2020 no Instagram. Acesso em: 08 ago.2021]

Nesse sentido, Amorim (2019), ao analisar as postagens de maternidade lésbica no Instagram afirma que é possível fazer um uso estratégico desta rede social, um uso que busca dar visibilidade a assuntos e debates sociais que ainda estão à margem e os retirando do silêncio. Partimos da mesma perspectiva da autora ao percebermos que os usos que as jovens lésbicas ativistas fazem do Instagram é um uso político, com o objetivo de compartilhar com o maior número de pessoas possível – através da utilização de hashtags (presentes em todas as postagens) como “lésbica”, “sapatão”, “visibilidade lésbica” o que possibilita a publicização da postagem em larga escala – temas que versam a lesbianidade e as

existências lésbicas buscando reconhecimento das suas identidades e da sua luta.

### **Considerações finais**

Ao longo de nossa escrita, procuramos demonstrar como os estudos sobre lesbianidades – e aqui em especial sobre os ativismos lésbicos – são relevantes em um contexto historiográfico e científico que insistiu em patologizar essa sexualidade por tanto tempo. Nesse sentido, se faz relevante trazer esse debate também para dentro das teorizações sobre juventudes e ativismos considerando os ativismos *online* de jovens lésbicas como potentes na construção de uma luta contra a lesbofobia e visando a transformação social. Ainda, a partir da leitura de alguns autores a respeito da presença do mundo digital na conformação das culturas juvenis, foi possível observar que há uma pluralização das formas de ação e vinculação a pautas produzidas coletivamente, com destaque para a articulação entre contextos digitais e a vida cotidiana na produção dos ativismos.

A partir das análises das postagens nos perfis das quatro jovens lésbicas podemos concluir que o teor autobiográfico das narrativas textuais e imagéticas elaboradas por elas são característicos dessa forma de ativismo *online* que busca nestas narrativas a construção de uma identidade lésbica, trazendo para o debate pautas importantes para os movimentos lésbicos a partir de histórias pessoais. E para além dessa ação em específico, a presença dessas jovens praticando esse tipo de ativismo permite que outros sujeitos tenham acesso às discussões relativas às realidades lésbicas – quando as abordam em perfis públicos com um número significativo de seguidores, construindo representatividade lésbica e marcando sua existência também nesse espaço. Além disso, podemos afirmar que as identizações dessas jovens ativistas lésbicas são construídas cotidianamente nesse exercício de escrita sobre si e no desenvolvimento de uma rede de trocas de informações e afetos com outras lésbicas.

Em relação aos eixos de análise, podemos inferir que os dois primeiros eixos, as narrativas de lésbicas que não são lidas como “femininas” e as postagens acerca da saúde sexual e psicológica das mulheres lésbicas, nos dizem sobre uma afirmação frente ao reconhecimento público característico dos processos de identificação conceituados por Melucci (2004) – identidade é a capacidade autônoma de produção e também de reconhecimento



do nosso eu que possui semelhança e reciprocidade, nos percebemos semelhantes aos outros e somos capazes de afirmar nossa diferença. Logo, na relação de como “me defino” e os outros “me definem”, a identidade se constitui como essa afirmação sobre si às outras pessoas e a necessidade de tê-la reconhecida. O terceiro eixo, importância de pautar a lesbianidade no mês da visibilidade lésbica, demonstra a necessidade dessa população de ocupar a esfera pública vislumbrando o reconhecimento de suas existências e o alcance de direitos. Por fim, o último eixo, a troca e o debate entre lésbicas ativistas na rede social, nos remete mais explicitamente ao tema da produção da identidade coletiva, também elencada por Melucci (2001), a qual é constantemente construída e reconstruída nas ações coletivas sendo motivo e resultado dessas ações, demonstrando como o diálogo e a troca com outras ativistas e os próprios movimentos compõem essa identidade.

As narrativas online compensam a ausência corporal e seguem exercendo uma ação independente do momento em que foram escritas, porque retiram da invisibilidade pautas e questões importantes para a população lésbica, possibilitando o debate no online e no offline. Bernard Lahire (1998, p. 132) afirma: “(...) há textos que obrigam a ação dos vivos mesmo quando os que os produziram não estão mais lá faz muito tempo”, e é assim que interpretamos a presença de narrativas de mulheres lésbicas em determinados espaços – como o espaço virtual, por exemplo – com textos que produzem (e seguirão produzindo) ação ao retirarem da invisibilidade corpos e vivências que historicamente foram (e seguem sendo) excluídos da narrativa hegemônica. Falar de si e produzir sobre si, enquanto lésbica, é resistir à imposição constante da heteronormatividade de invisibilizar os afetos, a luta e as existências e, ainda, possibilita a construção de uma sociedade menos lesbofóbica.

## Referências

ALVES, Zenaide Gregório. Inquisição e homossexualidade na colônia. **Simpósio Internacional De Estudos Inquisitoriais**, I, Salvador, 2011.

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. Dupla maternidade no Instagram: entre fotos, ativismo e parentesco. **MovimentAção**, v. 6, n. 10, p. 170-184, 2019.

BARBOSA, Regina Maria; FACCHINI, Regina. Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade. **Rede Feminista de Saúde**, Belo Horizonte. 2006.

BORGES, Lenise Santana. Visibilidade lésbica: um comentário a partir de textos da mídia.

**Sexualidade, Gênero e Sociedade**, edição especial, v. 23, p. 24-25, 2005.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: UFMG, p. 101-133, 2014.

FEIXA, Carles. **De la generación@ a la #generación: la juventude en la era digital**. Barcelona: Ned Ediciones, 2014.

HINE, Christine. **Etnografía virtual**. Editorial uoc, 2011.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Vozes Editora, 1998.

LEMOS, Ana Carla da Silva. **Movimentos de lésbicas de Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista**. Dissertação de Mestrado em Antropologia - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. Tese de Doutorado, UNB, 2007.

LORENZO, Ángela Alfarache. La construcción cultural de la lesbofobia. Una aproximación desde la antropología. **Homofobia: laberinto de la ignorancia**, p. 125, 2012.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. A mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. A homossexualidade feminina na história do Brasil: do esforço de construção de um objeto histórico ao desdobramento na construção da cidadania. **Les Online**, v. 7, n. 2, p. 2-19, 2015.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; SANTOS, Andreia Mendes dos; FEIXA, Carles. Culturas juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa Pampols. **Educar em Revista**, v. 34, n. 70, 2018.

PORTINARI, Denise. (1989). **O discurso da homossexualidade feminina**. São Paulo: Brasiliense.

REYES, Júlia. Lendo as adolescentes tomboys de Carson McCullers em diálogo com a Teoria Mimética de René Girard. **XV Congresso Internacional ABRALIC**. Brasília, p. 5355 – 5366, 2017.

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo. Quais as diferenças entre os termos militância e ativismo. **NEXO Jornal**, 27 de fev de 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. Dissertação de Mestrado em História - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys - Estudos Feministas**, v. 20, p. 21, 2011.

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em Movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.